



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13562 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (2015 A 2022)

Marina Silveira Bonacazata Santos - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Jani Alves da Silva Moreira - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (2015 A 2022)

Resumo: Trata-se de uma pesquisa qualitativa em andamento, de caráter exploratório e bibliográfico, na qual o objetivo é apresentar um panorama do histórico do financiamento da Educação Especial no Brasil, atrelado a um mapeamento realizado por meio de um balanço acadêmico de dissertações e teses, desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 2015 a 2022. Os resultados parciais comprovam uma escassez de pesquisas sobre a temática, visto que no período, foram encontradas seis pesquisas que abordam o financiamento da Educação Especial no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O ano de 2020 contou com duas pesquisas. No ano de 2017, não houve a ocorrência de dissertações e teses sobre o tema. A região Sudeste do país vem dominando com a maior quantidade de pesquisas acerca do tema e a maior parte delas desenvolvidas em instituições de ensino superior federais.

Palavras-chave: Financiamento da Educação, Público-Alvo da Educação Especial, Mapeamento, Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa em andamento que tem como objetivo apresentar um mapeamento sobre as dissertações e teses desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil acerca da temática “Financiamento da Educação Especial”, no período de 2015 a 2022. A escolha do recorte temporal para a pesquisa se deu pela vigência em 2015 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (BRASIL, 2015), também conhecida por estatuto da pessoa com deficiência.

Os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa se ancoram na definição de que conhecer o estado do conhecimento de um tema de pesquisa tem uma importância formativa e instrumental para o pesquisador, pois “[...] favorece tanto a leitura de realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica, quanto em relação a aprendizagens da escrita e da formalização metodológica para desenvolvimento do percurso investigativo” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

O tema Financiamento para a modalidade de Educação Especial enquanto uma política pública de Estado e de ação governamental carece de ampliação, a fim de que se propicie análises e conhecimentos sobre as reais necessidades envolvidas na escassez e na ausência de uma gestão e financiamento adequados para a efetivação de uma educação especial pública, gratuita, de qualidade e laica para todas as pessoas do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE)^[1].

METODOLOGIA

O presente trabalho faz uso de um procedimento metodológico denominado de Estado do Conhecimento, que pode ser definido como “A identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155). Essa metodologia possibilita percebermos “[...] em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 257).

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Como já mencionado, o presente trabalho ainda se encontra em andamento, porém o

Estado do Conhecimento realizado até o momento de 2015 a 2020, no catálogo de teses e dissertações CAPES e na BDTD, por meio do descritor “financiamento da educação especial” resultou em um mapeamento de seis pesquisas a respeito do financiamento da educação especial, das quais quatro são dissertações de mestrado acadêmico e duas são teses de doutorado acadêmico, como mostra o Quadro 1 (anexo).

Quanto à distribuição dentro do período 2015-2020 analisado até o presente momento, o ano de 2015 contou com uma pesquisa sobre a temática, assim como o ano de 2016. Não foram encontradas pesquisas a respeito do financiamento da Educação Especial em 2017. O ano de 2018 contou com uma pesquisa, o que se repetiu em 2019. Em 2020 foram encontradas duas pesquisas acerca da temática, sendo até o momento, este o ano com o maior número de pesquisas referentes ao tema.

Na distribuição das pesquisas analisadas por região do Brasil, até o momento, a região sudeste do país concentra o maior número de pesquisas, um total de três das seis pesquisas analisadas. Duas das pesquisas estão localizadas na região norte do país e uma delas se localiza na região centro-oeste. O predomínio das pesquisas na região sudeste do país pode ser possivelmente justificado devido ao fato da referida região concentrar o maior número de universidades e Programas de Pós-Graduação, o que acarreta num maior investimento financeiro para o desenvolvimento de pesquisas, quando comparadas às outras regiões do país. Cabral et. al (2020, p. 14), mencionam que “em 2018, aproximadamente 253.547 matrículas se localizavam nas regiões Sul e Sudeste, com exceção do Espírito Santo, cujos estados estão todos acima de 15 mil matrículas”, o que vai de encontro aos dados do Estado do conhecimento preliminarmente realizado no presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Conhecimento corrobora para evidenciar a necessidade de ampliação de pesquisas sobre esta temática “Financiamento da Educação Especial” na Pós-Graduação em Educação brasileira. As discussões tecidas no presente trabalho demonstram a necessidade de exploração das áreas ainda ocultas do financiamento da Educação Especial, juntamente à ampliação da rede de pesquisadores referentes à temática, como também ressaltam França; Pietro (2018).

Ressaltamos a necessidade de compreender a relação educação pública e a disputa de fundos com o setor privado, pois as instituições privadas sem fins lucrativos que atendem a Educação Especial possuem um perfil não governamental, com apelo assistencial, filantrópico, pautado no discurso da caridade, todavia, se vinculam [...] diretamente aos poderes públicos para o financiamento de suas atividades, como a própria legislação o resguarda” (VIEGAS; BASSI, 2009, p. 56-57).

Diante do exposto, é evidente a urgência da elaboração e implementação de políticas públicas educacionais voltadas ao financiamento da Educação Especial por parte de todos os entes federados e o compromisso destes para que a Educação Especial possa ser desenvolvida com qualidade e assim atender de maneira adequada ao PAEE que dela necessita, em todos os níveis e etapas de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira. et al. A Capes e suas sete décadas: trajetória da pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 16, n. 36. out. 2020. p. 1-22.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, [s.I], n. 58, out./dez. 2015. p. 271-286.

FRANÇA, Marileide Gonçalves; PRIETO, Rosângela Gavioli. Financiamento da educação especial no município de Vitória: desafios à gestão. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, set./out. 2018. p. 279-296.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. p. 1-16.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, v. 5, n. 2, 2014. p. 154-164.

VIEGAS, Luciane Torezan; BASSI, Marcos Edgar. A educação especial no âmbito da política de fundos no financiamento da educação. **Reflexão e ação**, v. 17, n. 1, 2009. p. 54-87.

QUADROS OU TABELAS

Quadro 1 - Dissertações e teses referentes ao financiamento da Educação Especial nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil de 2015 a 2020.

Título	Autor (a)	Orientador (a)	Titulação	Universidade	Ano de Defesa
--------	-----------	----------------	-----------	--------------	---------------

1. O financiamento público da educação especial em Goiás – 2010 a 2013.	Agda Lovato Teixeira	Profa. Dra. Maria Marta Lopes Flores	Mestrado Acadêmico	Universidade Federal de Goiás	2015
2. Financiamento das instituições especializadas na política de educação especial no estado do Espírito Santo (2012-2015).	Gildásio Macedo de Oliveira	Prof. Dr. Reginaldo Célio Sobrinho	Mestrado Acadêmico	Universidade Federal do Espírito Santo	2016
3. A reconfiguração da Federação Nacional das APAES (FENAPAES) no estabelecimento da relação entre público e privado nas políticas de educação especial (1974/2016).	Márcia de Souza Lehmkuhl	Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno	Doutorado Acadêmico	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2018
4. Um estudo sobre a inclusão escolar e os recursos financeiros para o atendimento dos alunos com deficiência, no município de Marabá-PA.	Mirian Rosa Pereira	Profa. Dra. Maria Edilene dos Santos Ribeiro	Mestrado Acadêmico	Universidade Federal do Pará	2019
5. O financiamento da educação especial no município de Belém – PA.	Suzy Mara da Silva Portal	Profa. Dra. Dalva Valente Guimarães Gutierrez	Mestrado Acadêmico	Universidade Federal do Pará	2020
6. Financiamento da educação especial no município de Campinas – SP no período entre 2012 e 2017.	Vanessa Dias Bueno de Castro	Profa. Dra. Rosângela Gavioli Prieto	Doutorado Acadêmico	Universidade de São Paulo	2020

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

[1] De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008 (BRASIL, 2008), esse público engloba as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

